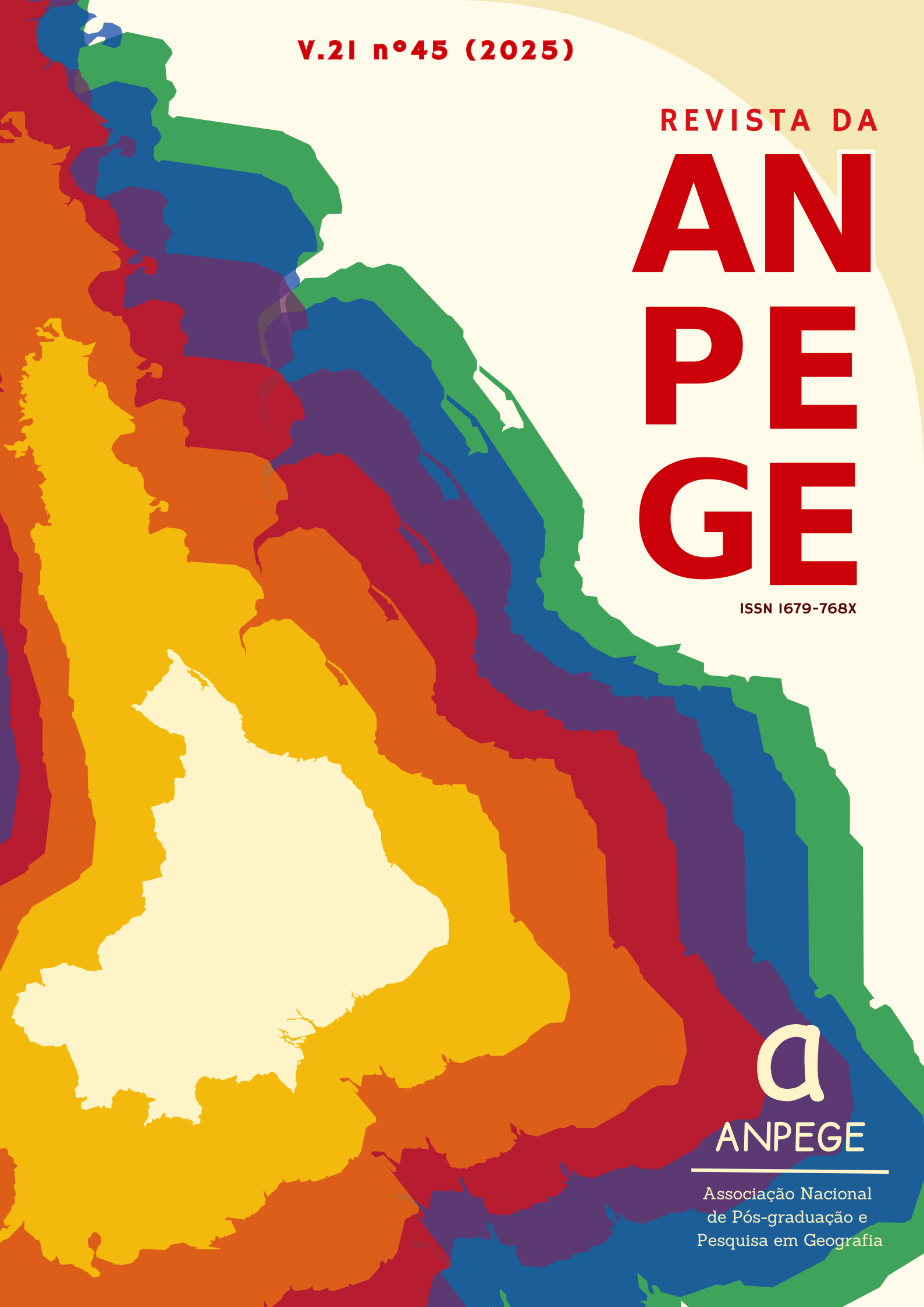
V.21 nº45 (2025)

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X



a ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



DOSSIÊ AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS

TERRITÓRIOS DE COERÇÃO: a territorialização do PCC nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá-PA

TERRITORIES OF COERCION: the Territorialization of PCC in the Housing Complexes of the Minha Casa Minha Vida Program in Marabá, PA

TERRITORIOS DE COERCIÓN: la Territorialización del PCC en los Complejos Residenciales del Programa Minha Casa Minha Vida en Marabá, PA

DOI:10.5418/ra2025.v21i45.19736

LUCAS ARAÚJO DE SOUZA
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

LEONARDO PANTOJA CORRÊA
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

ROBERTA CAROLINA MAUÉS DO NASCIMENTO
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

V.21 n°45 (2025)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: O presente artigo aborda a territorialização do crime organizado nos residenciais Tiradentes e Magalhães, do Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá - PA. O objetivo da pesquisa é compreender o papel dos sujeitos envolvidos e os mecanismos de coerção utilizados pelo crime organizado para sua territorialização. A metodologia da pesquisa consiste em levantamentos teóricos, análises documentais e a realização de trabalhos de campo. Os resultados conceberam a complexidade das relações de poder dentro desses territórios de coerção. Assim, a pesquisa compreendeu como esses espaços são apropriados por organizações criminosas, que estabeleceram uma rede de controle e influência, afetando a segurança e a vida cotidiana dos moradores.
Palavras-chave: territórios de coerção; crime organizado; sujeitos.

ABSTRACT: This article addresses the territorialization of organized crime in the Tiradentes and Magalhães housing complexes of the Minha Casa Minha Vida Program in Marabá, Pará. The research aims to understand the role of the individuals involved and the coercive mechanisms used by organized crime to establish territorial control. The research methodology includes theoretical surveys, document analysis, and fieldwork. The findings reveal the complexity of power relations within these coercive territories. Thus, the study demonstrates how these spaces are appropriated by criminal organizations, which establish a network of control and influence, impacting the security and daily lives of residents.
Keywords: coercive territories; organized crime; subjects.

RESUMEN: Este artículo aborda la territorialización del crimen organizado en los complejos residenciales Tiradentes y Magalhães, del Programa Minha Casa Minha Vida en Marabá, Pará. La investigación tiene como objetivo comprender el papel de los sujetos involucrados y los mecanismos de coerción utilizados por el crimen organizado para establecer su control territorial. La metodología de la investigación incluye levantamientos teóricos, análisis documentales y trabajo de campo. Los resultados revelan la complejidad de las relaciones de poder dentro de estos territorios de coerción. Así, el estudio demuestra cómo estos espacios son apropiados por

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

organizaciones criminales, que establecen una red de control e influencia, afectando la seguridad y la vida cotidiana de los residentes.
Palabras-clave: territorios de coerción; crimen organizado; sujetos.

INTRODUÇÃO

A demanda crescente por drogas ilícitas nos centros urbanos do Brasil e do mundo alimenta o comércio ilegal na região amazônica. O lucrativo mercado de drogas impulsiona o tráfico e incentiva as organizações criminosas a expandir suas operações na Amazônia, aumentando a pressão sobre os recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental e social da região.

As facções mais conhecidas e atuantes em território brasileiro incluem o Primeiro Comando da Capital (PCC), com origem em São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), com base no Rio de Janeiro. Ambas as facções estão presentes atualmente no Norte do país e têm uma estrutura hierárquica e disciplinada, com líderes que coordenam as atividades criminosas, que vão desde o tráfico de drogas até o controle de territórios em áreas urbanas.

A presença dessas facções resulta no aumento da violência e do crime organizado, afetando diretamente populações locais e políticas de segurança pública. No entanto, é importante ressaltar que a expansão das facções criminosas para o Norte do Brasil não é um fenômeno isolado, faz parte de um contexto mais amplo de criminalidade e desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal em todo o país. O fenômeno demonstra, de certa forma, uma diversificação das atividades ilícitas exercidas por essas organizações, estando relacionados a diversos fatores, incluindo os mais usuais, como a busca por novos mercados e a disputa por territórios e rotas de transporte.

Contudo, as redes do tráfico de entorpecentes incorporaram recentemente em suas ações as potencialidades dos recursos naturais da economia local em que se inserem, ou seja, efetuam em áreas da região norte atividades que mantem relações com o garimpo ilegal, a extração do ouro em algumas partes da região, tráfico do setor pesqueiro e comercialização de madeiras (Rapozo et. al., 2024).

Fazendo parte de um contexto mais amplo de pesquisa representado pelo NEPEVA (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia), este artigo tem como objetivo estudar a territorialização do crime organizado nos residenciais Magalhães e Tiradentes em Marabá. A pesquisa, dessa forma, busca compreender como as facções criminosas estabelecem e mantêm o controle sobre essas áreas, analisando os mecanismos de coerção e as relações de poder entre os sujeitos. O estudo também investiga as dinâmicas socioespaciais que permitem a perpetuação da influência criminosa, bem como, os impactos dessa territorialização na vida cotidiana das comunidades afetadas.

Estudar o crime organizado e suas formas de territorialização nas áreas periféricas requer

uma metodologia bem delimitada, já que por ser um tema delicado de ser discutido, acarreta dificuldades que podem ser encontradas no processo de tentar dar respostas aos questionamentos levantados, seja na obtenção de informações acerca do tema ou também na inserção e aprofundamento do pesquisador no lócus da pesquisa. Neste contexto, a metodologia inclui levantamento de dados, entrevistas com moradores e análise de documentos, visando proporcionar uma visão abrangente e detalhada das estratégias de controle e dominação empregadas pelo crime organizado nesses contextos específicos.

É importante mencionar o suporte financeiro fornecido pelas instituições de fomento, concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional - Sectet, por meio de bolsas de estudos, foi um fator determinante na jornada de pesquisas e contribuiu significativamente no avanço dos estudos acerca desta realidade em Marabá.

Assim, este artigo é dividido em quatro tópicos principais. A primeira parte, examina como Marabá se insere no processo de expansão do crime organizado na região amazônica, destacando fatores socioeconômicos e geográficos que favorecem essa dinâmica. Posteriormente, há a compreensão de como as facções criminosas estabelecem controle e dominam esses espaços, explorando os métodos de territorialização perversa utilizados. Por fim, a última parte aborda as estratégias de coerção e pacificação empregadas pelo crime organizado para manter a ordem e a submissão nos residenciais, discutindo suas implicações para os moradores e a sociedade em geral.

MARABÁ E O CRIME ORGANIZADO

Marabá encara uma dinâmica criminal que chama atenção no que concerne ao domínio das facções: a cidade se encontra em uma constante disputa pelo domínio do território e do mercado consumidor das drogas. Logo, tanto o Comando Vermelho quanto o Primeiro Comando da Capital efetuam ações, principalmente, nos territórios urbanos de Marabá.

O confronto entre essas facções criminosas intensificou os índices de violência urbana, configurando-se como uma expressão concreta do fenômeno das economias criminais que, segundo Zaluar (1994), emergem em territórios marcados pela desigualdade social e pela fragilidade das instituições estatais. A disputa entre PCC e CV em Marabá transcende a mera competição por pontos de venda de drogas, pelo contrário, trata-se de uma luta pela hegemonia em uma região estratégica para o tráfico, dada a posição geográfica da cidade como elo entre o norte do Brasil e rotas nacionais e internacionais de escoamento de drogas.

Segundo Feltran (2018), as facções não operam apenas como organizações criminosas, mas como estruturas de governança paralela, com capacidade de administrar territórios e impor normas sociais onde o Estado se mostra pouco ausente ou ineficaz. Essa governança do crime é

potencializada pelo que segundo Wacquant (2001) chama de "ausência relativa do Estado", que seria uma situação em que serviços públicos básicos, como segurança, educação e saúde, são precários ou inexistentes, especialmente nas periferias urbanas, onde, nessas condições, as facções preenchem o vazio institucional, assumindo funções coercitivas e, em alguns casos, distributivas, o que fortalece seu poder e dificulta a intervenção estatal.

Em outras palavras, o controle territorial exercido pelas facções transforma a vida nas comunidades em cenários de constante tensão. Como apontado por Misse (1999), a economia do crime violento é sustentada por mecanismos de controle que incluem a eliminação de rivais, a intimidação de moradores e o estabelecimento de regras locais de convivência, muitas vezes sob pena de morte para os que as descumprem. Logo, na cidade, desse modo, a territorialização do tráfico e a disputa entre as facções pelos territórios da droga se traduz em um aumento alarmante de homicídios, desaparecimentos e extorsões, logo, o medo, enquanto capital simbólico das facções, altera os padrões comportamentais das comunidades. Esse cenário reforça, de certa forma, a tese de Zaffaroni (1991), que argumenta que a violência criminosa em contextos de disputas territoriais afeta não apenas as vítimas diretas, mas a estrutura social como um todo, gerando instabilidade econômica e desconfiança comunitária.

Desse modo, Marabá possui características singulares que refletem tanto sua história quanto sua atual dinâmica socioeconômica, destacando-se por sua localização às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, o que contribui significativamente para sua relevância econômica e social na região. Logo, por seu núcleo urbano estar próximo a importantes rotas de transporte, como rodovias e rios navegáveis, Marabá atrai a atenção das facções que buscam controlar o tráfico de drogas e outros ilícitos em áreas de grande circulação e de logística favorável.

Sobre a importância de uma cidade média e polarizadora no sudeste do paraense, como Marabá, o relatório de Cartografias da Violência na Amazônia diz:

> São destacados como nexos estruturantes das redes do narcotráfico na Amazônia, ou seja, são os principais nós de organização das redes do crime organizado que dinamizam os fluxos de mercadorias ilícitas. E, mais especificamente, pela complexidade que a economia do narcotráfico traz em sua dinâmica de funcionamento, as periferias destas cidades são incorporadas ao processo de territorialização e grupos ou facções do tráfico de drogas. Isso não significa em hipótese alguma a não importância de cidades pequenas ou de porte médio, pois muitas delas na região vêm sendo cada vez mais incorporadas a estas redes e não apenas enquanto áreas de passagem, mas enquanto mercados locais ou lugares de refúgio de integrantes de facções ou até mesmo de camuflagem da droga transportada. (FBSP, 2023, p. 60).

Nesse contexto, a expansão das facções em Marabá, em suma, pode ser atribuída a uma série de fatores, como a fragilidade das instituições de segurança pública, a falta de oportunidades econômicas, a desigualdade social e a influência de redes criminosas estabelecidas em outras

regiões do país. Dessa maneira, entende-se que a cidade de Marabá, influenciada por processos históricos como a extração de recursos naturais e o intenso fluxo migratório ao longo do século XX, aliada à sua complexa estrutura social e urbana, apresenta uma situação espacial (Ullman, 1980) que pode favorecer o surgimento e a expansão das facções criminosas.

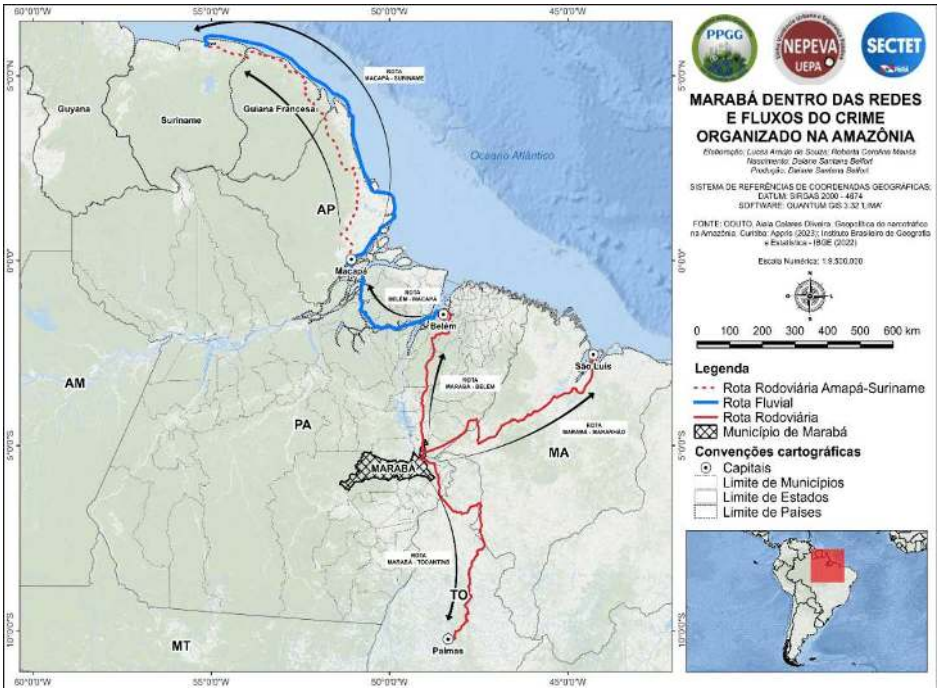


Figura 01. Marabá dentro das redes e fluxos do crime organizado na Amazônia
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A figura acima demonstra como Marabá se apresenta como um ponto de passagem para o tráfico de drogas que segue em direção a outros estados, a cidade se torna um importante nó dentro das redes do crime organizado, nas rotas que se dirigem para o Tocantins e, além de tudo, para o Maranhão, sendo uma porta de entrada para os mercados ilícitos do Nordeste do Brasil. Logo, identifica-se que essas rotas são vitais para o fluxo de drogas, facilitando a distribuição e o escoamento das substâncias ilícitas para outras regiões do país.

Dessa forma, entende-se que a localização de Marabá cria um enlace crucial com outras regiões por meio do eixo rodoviário que a conecta a Belém, a capital do Pará. Esse corredor rodoviário é essencial para o transporte de cargas, incluindo as associadas ao tráfico de drogas, permitindo um acesso mais eficiente ao mercado consumidor e a outras rotas de tráfico. Nesse cenário, a conexão de Marabá com Belém é fundamental para a dinâmica do tráfico de drogas. Belém, por sua vez, está interligada ao Amapá por rotas fluviais, e o Amapá tem uma conexão internacional com o Suriname, tanto por rotas fluviais quanto rodoviárias. Esse corredor internacional é particularmente relevante, pois permite o fluxo de drogas não apenas dentro do Brasil, mas também para outros países da América do Sul, ampliando o alcance das redes

criminosas.

Por conseguinte, a rota fluvial entre Belém e o Amapá facilita o transporte de mercadorias e pessoas, criando uma via para o tráfico que pode ser utilizada para movimentar drogas em grandes quantidades. A conexão rodoviária entre o Amapá e o Suriname é igualmente importante, permitindo a movimentação transnacional de drogas e reforçando posição da região na cadeia de suprimento de narcóticos. Neste ponto, Marabá e suas conexões regionais e internacionais destacam o papel crucial da cidade no tráfico de drogas. Esse papel tem implicações significativas para a segurança pública e para a gestão de fronteiras. O fluxo constante de drogas e a presença de redes criminosas em Marabá e suas rotas associadas criam desafios complexos para as autoridades locais e nacionais.

Portanto, entende-se que Marabá tem se tornado um centro nevrálgico para o crime organizado. A cidade serve como um ponto de convergência para atividades criminosas, facilitando, além de tudo, o escoamento de drogas para municípios adjacentes do sudeste paraense. A presença de redes criminosas em Marabá, portanto, é impulsionada pela sua importância econômica e pela complexidade das rotas de transporte que conectam a região a diferentes partes do Brasil e da América do Sul.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO PCC NOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Considerando a territorialização das facções em conjuntos habitacionais, é imprescindível trazer alguns aspectos relacionados ao Programa Minha Casa Vida (PMCMV) que, implementado em 2009 buscava, inicialmente, impulsionar a economia brasileira por meio de seus efeitos em cadeia gerados pela indústria da construção, além de minimizar a insuficiência habitacional brasileira (Cardoso; Aragão, 2013).

O PMCMV se configurava como uma política abrangente e bem estruturada, composta por subprogramas que integravam seu quadro operacional. Esses subprogramas englobam diversas categorias, recursos, formas de financiamento, habitações, agentes e formas de aquisição da casa própria (Amore, 2015).

Ao analisar esse contexto, nota-se que o Estado, procura estabelecer mecanismos que concedam diversas vantagens para a ação dos agentes imobiliários, tais como a flexibilização de normas para instalação de empreendimentos em áreas urbanas específicas; doação de terrenos para a construção de moradias, além de posição vantajosa na seleção de empreendimentos e quantidade de habitações construídas (Carvalho, 2023).

Assim, ainda que organizada, estruturada e eficiente em escala nacional, o PMCMV conserva antigos problemas identificadas desde a época da atuação do Banco Nacional de Habitação

(BNH), como a construção de habitações em áreas precárias, dificultando as conexões entre as famílias atendidas, distanciando-as de suas práticas espaciais, perpetuando desigualdades e produzindo ou agravando segregações, proporcionando, ademais, fissuras no espaço urbano (Amore, 2015).

Neste sentido, na representação cartográfica abaixo, podemos verificar dois conjuntos habitacionais Faixa 1, do Minha Casa Minha Vida que, mesmo dentro do perímetro urbano do município de Marabá, encontram-se em áreas distantes do centro, potencialmente dificultando o acesso à cidade por parte da população residente.



Figura 2. Marabá/PA. Localização dos residenciais Tiradentes e Magalhães.
Fonte: IBGE, 2023. Elaborado pelos autores (2024).

Ao observar a representação cartográfica acima, pode-se apreender que, no caso de Marabá, conforme apontado por Souza e Júnior (2020), a escolha dos locais para alocar os residenciais Tiradentes e Magalhães considerou a disponibilidade de terrenos adequados e a necessidade de atender a uma demanda crescente por habitação na cidade. No entanto, como em muitos do PMCMV, esses residenciais enfrentam a necessidade de melhorias contínuas na infraestrutura e na oferta de serviços públicos essenciais para garantir a plena integração dos novos moradores ao tecido urbano da cidade.

Além disso, em 2019, diversos moradores, revoltados com a situação socioeconômica e a burocracia na entrega das casas do programa, organizaram-se para ocupar as unidades habitacionais que estavam previstas para entrega desde 2014. A ocupação foi justificada pela ausência de moradia

própria, pelo desemprego e pela falta de condições para arcar com o pagamento de aluguéis (Redação, 2019). Como resultado, aproximadamente 1.500 habitações foram ocupadas desde então.

Na figura 3, conforme ilustrado abaixo, possui um mosaico de duas fotografias obtidas em trabalho de campo, no qual a fotografia A foi registrada no Residencial Tiradentes e a fotografia B, registrada no Residencial Magalhães.



Figura 3. Residenciais Tiradentes e Magalhães, Marabá-PA.
Fonte: Autores, 2024.

A figura revela que os dois residenciais apresentam ruas sem pavimentação adequada, o que pode dificultar a mobilidade, especialmente em períodos chuvosos. Além disso, observa-se a ausência de calçadas, sinalização e áreas de lazer, indicando que a urbanização ainda está em desenvolvimento ou foi negligenciada. Embora a rede elétrica esteja instalada, sua disposição sugere uma estrutura improvisada. Esses fatores refletem dificuldades na entrega e adequação dessas moradias, impactando diretamente a qualidade de vida dos moradores.

O cenário reflete as características típicas de áreas periféricas urbanas em processo de consolidação, evidenciadas pela infraestrutura simples, presença de vegetação abundante e resíduos acumulados em áreas não pavimentadas. Essas particularidades destacam as contradições do desenvolvimento urbano em cidades médias da Amazônia, onde há uma coexistência entre a natureza, ocupações humanas e desafios estruturais.

Dessa maneira, a dificuldade de execução de políticas públicas, aliadas a presença limitada do Estado facilitaram a territorialização de facções criminosas nesses locais (Dias, 2024). A

ausência de uma segurança pública eficiente e de oportunidades econômicas permitiu que grupos criminosos se estabelecessem, oferecendo proteção e serviços paralelos, o que compromete a segurança e o bem-estar dos moradores.

Nesse contexto, percebe-se que os interesses são fatores determinantes na constituição da territorialização do crime nesses residenciais. No caso desses agentes ligados à criminalidade, pode-se apontar a busca pelo êxito em suas atividades ilícitas, como maior lucratividade na venda de drogas e, inclusive, o estabelecimento do "respeito" em suas áreas de comando como uma necessidade para o fortalecimento do domínio do território (Couto, 2023).



Figura 4: Pichações do PCC em Marabá.
Fonte: Autor, (2024).

Conforme demonstra a figura 4, o PCC procura estabelecer códigos de conduta que buscam aparente legitimidade entre os moradores. A frase "Proibido roubar na quebrada PCC" expressa um fenômeno complexo que reflete tanto a presença de uma ordem social informal quanto a manifestação de poder paralelo em territórios periféricos. A antropóloga Karina Biondi (2010, 2018), em seus estudos sobre o PCC, destaca que a facção frequentemente busca legitimar sua atuação perante as comunidades onde opera. Segundo a autora, a proibição de práticas como furtos ou roubos dentro da "quebrada" não apenas preserva a harmonia social, mas também assegura o apoio (ou, pelo menos, a tolerância) da população local, o que é estratégico para a perpetuação de seu poder. Embora coativas, essas regras criam uma percepção de ordem relativa.

O PCC, fundado em São Paulo na década de 1990, apresenta uma abordagem mais gerencial

e menos visivelmente violenta, que Feltran (2018) descreve como "gestão do crime". Em Marabá, essa facção prioriza uma administração estruturada, caracterizada por hierarquias internas bem definidas e por uma tentativa de reduzir os conflitos internos.

Portanto, entende-se que sob o controle do CV, a violência contínua gera um ambiente de medo e desconfiança, desestabilizando os laços comunitários e promovendo um estado de paralisia social. Nas áreas dominadas pelo PCC, a ordem aparente é sustentada por uma governança coercitiva que restringe a liberdade dos moradores, impondo regras rígidas sob pena de represálias severas. Como aponta Zaffaroni (1991), esse tipo de "ordem criminosa" não elimina a violência, mas a reorganiza, gerando novas formas de controle e submissão social.

A análise da atuação das facções criminosas em Marabá evidencia como a dinâmica do crime organizado está profundamente ligada às condições estruturais de vulnerabilidade social e à precária presença do Estado em regiões periféricas. A disputa entre as facções não se limita a confrontos violentos; ela reflete um processo mais amplo de territorialização do crime, no qual essas organizações buscam não apenas controlar o tráfico de drogas, mas também exercer uma forma de governança local.

O controle dos residenciais pelo PCC reflete as dinâmicas de territorialização do crime organizado em Marabá. A facção enxerga no núcleo aquilo Wacquant (1999) caracteriza de "territórios marginalizados", que é quando há um espaço estratégico devido à sua localização periférica, que facilita a articulação de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, além de servir como ponto de apoio logístico, esse processo, segundo o autor, é frequentemente facilitado pela proximidade desses núcleos urbanos com grandes cidades, que funcionam como mercados consumidores maiores e polos logísticos para as atividades criminosas.

No contexto de precarização dos territórios urbanos, as comunidades periféricas muitas vezes se tornam alvos da das facções criminosas, que buscam estabelecer seu domínio sobre essas áreas fragilizadas (Couto, 2018). Para manter sua autoridade, o crime organizado, desse modo, necessita estabelecer um relacionamento com as comunidades para a imposição de suas leis, sobretudo no controle de atividades econômicas informais e na oferta de serviços e proteção em troca de lealdade e obediência.

Seguindo essa linha de pensamento, nos residenciais dominados pelas organizações criminosas, além da vigilância constante, um dos mecanismos utilizados para a coerção e controle territorial seria a apropriação simbólica do próprio território. Quando o crime organizado utiliza das pichações e grafites nos portões, placas ou muros; esse simbolismo, por sua vez, representa uma forma de lembrar e/ou demarcar o seu poder e a sua presença naquela localidade. Com isso, tal processo está relacionado com a noção de apropriação simbólico/cultural do território, que tem como base a dimensão subjetiva, onde, o território, por sua vez, é visto como produto de

apropriação simbólica por um determinado grupo (Haesbaert, 2004).

Essas barreiras invisíveis e informais são, naturalmente, difíceis de serem identificadas por aqueles que estão fora dessa realidade, de modo que o controle do espaço ocorre, entre outros meios, por meio da vigilância e do monitoramento dos fluxos (Haesbaert, 2023). Nesse contexto, a acessibilidade torna-se um fator crucial para compreender o fenômeno da contenção, pois pode ser manipulada de acordo com os interesses dos grupos criminosos.

Nesse contexto, faz-se necessário debater a compreensão do olhar vigilante na organização e territorialização das facções criminosas, pois essa vigilância pode ser uma relevante engrenagem da disciplinarização dos corpos, caracterizando-se como uma técnica aplicada para garantir o seguimento de normas a partir de ameaças e punições (Dowdney, 2003). Assim, nas análises foucaultianas o ato de vigiar se insere como um instrumento de controle e poder.

Nesses bairros controlados pelo crime, o olhar vigilante é uma das principais formas de controle e disciplinarização dos indivíduos. Esta técnica também é utilizada para monitoramento dos agentes exógenos daquela realidade, onde, os chamados “olheiros” detém a função de realizá- la (Almendra, 2007). Nestes contextos, a vigilância não se restringe apenas à observação física direta, mas também assume uma dimensão foucaultiana psicológica e disciplinar que influencia o comportamento dos indivíduos.

Segundo Foucault (1987), a disciplina diz respeito ao conjunto de práticas e técnicas empregadas para regular o comportamento humano e garantir a conformidade com as normas estabelecidas. Essas práticas podem assumir diversas formas, desde o monitoramento constante até a aplicação de recompensas e punições. A disciplina é, portanto, uma ferramenta fundamental de poder, exercida não apenas por instituições formais, mas também por meio de dispositivos cotidianos das relações sociais.

Consoante a isso, a vigilância, nesse sentido, não se restringe apenas a observação física direta, mas também assume uma dimensão psicológica e disciplinar que influencia o comportamento dos indivíduos. A pichação representa, dessa forma, um sentimento constante de vigilância e controle, mesmo na ausência de um vigilante. Assim, o poder disciplinar é exercido sobre os indivíduos, induzindo-os a internalizar normas e regras de comportamento.

Nessa perspectiva da dimensão foucaultiana, observa-se na Figura 3 como a disciplina se manifesta por meio de avisos e instruções informais, direcionados a todos os citadinos, com o objetivo de controlar, regular e moldar comportamentos de acordo com as normas e interesses estabelecidos dentro daquele contexto social.



Figura 5. Entrada do residencial Tiradentes, Marabá-PA.
Fonte: Autores (2024).

Na Figura 5, é possível notar a frase pichada no ponto de parada de ônibus, em frente ao residencial Tiradentes: "Tire o capacete antes de entrar na quebrada". Essa inscrição carrega significados complexos e implicações no contexto da territorialização do crime organizado. Em essência, a expressão parece funcionar como um aviso ou uma ordem direta aos indivíduos que adentram a área conhecida como "quebrada", termo frequentemente utilizado para se referir a regiões periféricas sob influência do crime.

Em primeiro lugar, a instrução pode ser entendida como uma medida de precaução para evitar chamar atenção indesejada ou suspeita ao entrar na região, já que o uso de capacetes pode ser associado a atividades criminosas, como roubos. Contudo, remover o capacete é antes de mais nada uma forma de mostrar respeito ou submissão às autoridades ou líderes locais do crime organizado, indicando conformidade com as normas não escritas que regem o comportamento naquele território.

No contexto mais amplo da territorialização do crime organizado, a frase pode ser vista como um exemplo de como essas organizações impõem sua autoridade e estabelecem controle sobre determinadas áreas urbanas. Ao definir regras de conduta e impor sanções informais aos que as desrespeitam, os grupos criminosos reivindicam o domínio sobre o espaço físico e social. Portanto, a pichação não é apenas um aviso casual, mas sim um símbolo da presença e influência do crime organizado naquela localidade, refletindo dinâmicas de poder, controle territorial e submissão que permeiam essas áreas periféricas.

Para Deleuze (1998) a utilização desses mecanismos de vigilância e punição acabam caracterizando uma sociedade como disciplinar. Entretanto, o poder disciplinar não pode ser reconhecido como uma instituição ou aparelho, e sim como um espectro do poder. Em sua essência,

o poder disciplinar se baseia na vigilância, na normatização e na correção dos comportamentos, revelando como as instituições modernas, como escolas, prisões e hospitais, se tornaram espaços de disciplina e controle social.

Logo, entende-se que os supracitados residenciais do PMCMV são espaços onde a presença e o controle das facções exercem uma forte influência sobre a população local, muitas vezes através do uso da força ou de ameaças. Nesses espaços, por sua vez, pode haver a limitação da liberdade, restrição do acesso e, sobretudo, ambientes de insegurança e instabilidade.

Haesbaert (2023) descreve a prática de controle do espaço físico por determinados grupos sociais, sejam eles formais ou informais, visando assegurar o domínio sobre uma determinada área através do controle do acesso de entrada e saída de áreas como "contenção territorial". Nas áreas sob influência das facções criminosas, no entanto, o controle é exercido de forma estratégica, utilizando-se maneiras que vão além das barreiras físicas, tais como barricadas, muros, cercas, mas sim dispositivos menos chamativos como pichações, vigilância, códigos e normas.

Essas medidas visam não apenas estabelecer o domínio territorial, mas também restringir o acesso de pessoas não autorizadas, como agentes da lei ou membros de grupos rivais, além de controlar o fluxo de mercadorias, drogas e armas. A contenção territorial, desse modo, confere poder e autoridade aos grupos criminosos sobre a comunidade local, impondo uma ordem baseada em suas próprias regras e normas.

Sobre a relação entre o crime uma determinada comunidade, Couto (2018, p. 168 - 169) diz:

> O narcotráfico territorializado produz o discurso da segurança e da proteção de seus moradores, visto que, diante de um medo difuso pela violência urbana, isso se torna mais um mecanismo de poder que transmite para a população uma sensação de "segurança". Isto reflete uma forma sutil de se ter o apoio dos moradores nas áreas em que existe a expressão territorializada do narcotráfico. [...] As facções do Narcotráfico, a partir da pichação [...] em uma residência no [...], não apenas alertam pequenos assaltantes de que é proibido roubar na área, mas também abordam uma mensagem que sai em defesa dos moradores. Foucault (1979) dizia que o poder está em toda a parte, pois provém de todos os lugares, como bem demonstra essa relação que une a micropolítica no bairro e os macropoderes em rede.

Logo, os acordos tácitos desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem e na regulação das relações entre os membros. Esses acordos, muitas vezes não escritos e baseados em códigos de conduta implícitos, estabelecem normas de comportamento e limites de atuação dentro da organização criminosa (Couto, 2018). Podem incluir, por exemplo, regras de divisão de território, definição de responsabilidades, punições para traição e resolução de conflitos internos.

Portando, a gerência desses acordos é crucial para garantir a estabilidade e a coesão do grupo, enquanto a violação pode resultar em consequências severas, incluindo retaliações ou mesmo a exclusão da organização. Então, as comunidades que sofrem com a atuação do crime organizado, a

partir dessa perspectiva, também se relacionam com esses agentes hegemônicos do crime por meio da subjetividade e do controle exercidos.

O crime como uma forma de "pacificação", pode ser considerada uma das principais formas de tratos informais realizados entre os sujeitos. A palavra pacificar, no sentido de promover e/ou restabelecer a paz, quando relacionada com o conceito de criminalidade, pode até soar como uma ideia pautada na antítese. Entretanto, é justamente nas relações de poder exercidas pelas organizações criminosas que podemos entender os mecanismos pacificadores destinados às populações periféricas como ferramentas pacificadoras, no sentido de estabelecer uma "ordem", através de um poder disciplinador promovido por uma micropolítica e por uma apropriação simbólica do território.

Dessa forma, entende-se que nesses espaços também há uma espécie de "reciprocidade forçada" entre o crime organizado e os sujeitos pertencentes às populações controladas pelo tráfico, onde os indivíduos são compelidos a adotar determinadas posturas, comportamentos e identidades em conformidade com as normas e expectativas estabelecidas pelo crime (Dowdney, 2003).

Essa reciprocidade forçada entre os sujeitos, portanto, revela a complexidade das relações de poder nas áreas estudadas nesta pesquisa, bem como, destaca como as dimensões culturais e simbólicas desempenham um papel fundamental na reprodução das desigualdades sociais. Ao compreender esses mecanismos de dominação, torna-se possível identificar e contestar as formas de opressão e exclusão que permeiam as estruturas sociais.

A coerção, desse modo, é uma característica marcante desse relacionamento, onde os indivíduos enfrentam ameaças, intimidações e punições caso se recusem a colaborar com as atividades criminosas. Os territórios conquistados pelo crime, por sua vez, tornam-se, assim, espaços de coerção, onde a população local é submetida a relações de poder exercidas pelas facções. As comunidades são pressionadas a cooperar com o tráfico de drogas fornecendo mão de obra ou até mesmo se tornando soldados para as operações do crime organizado. Essas dinâmicas complexas de poder e coerção estabelecem um ciclo vicioso de violência e dominação nas comunidades periféricas, onde as facções criminosas exercem controle sobre os territórios e a população local é subjugada por relações de submissão forçada.

Em suma, a reciprocidade forçada entre os sujeitos dentro dos territórios de coerção é um fenômeno complexo, que ocorre quando as pessoas se sentem obrigadas a interagir umas com as outras, não por escolha própria, mas devido a pressões externas ou normativas. Nesse bojo, é a partir do entendimento do poder como uma relação que podemos desvendar os mecanismos de controle que o crime organizado exerce em áreas vulnerabilizadas socialmente.

É importante ressaltar que essas relações são materializadas não na ausência do Estado, mas nas lacunas que não são preenchidas por este agente, já que por mais elevado que seja o nível de

vulnerabilidade, nenhum destes espaços estudados na presente pesquisa está completamente excluído de políticas públicas, na realidade, estão precariamente inseridos (Martins, 1997). Ou seja, é justamente a partir dessas lacunas deixadas pelo poder estatal e, consequentemente, na marginalização/precarização de tais espaços que os grupos criminosos enxergam as condições fundamentais para a instalação de suas atividades.

Assim, a maioria das táticas que são aplicadas a partir das relações de poder são reproduzidas no cotidiano dos residenciais Magalhães e Tiradentes como uma forma de legitimação do controle do espaço e, de certa forma, para relembrar constantemente o sujeito oprimido que há uma ordem soberana.

Nesse cenário, os mecanismos territorializadores/territorializantes das organizações criminosas são oriundos de ações violentas que dispõe do exercício da coerção e a aplicação do medo para a criação, a partir desses fatores, de um ambiente mais "pacífico". O crime organizado, quando utiliza dessas táticas para a territorialização, também pode aplicar a violência física/psicológica e suas diferentes manifestações como forma de coerção. O indivíduo, nesse contexto, acaba sendo coagido por meio do medo, e a partir da constante vigilância ao seu redor acaba sendo corrigido, coagido e adestrado.

Essa dinâmica de controle do acesso está intrinsecamente relacionada à reciprocidade forçada entre os sujeitos. A população residente nessas áreas muitas vezes se vê coagida a obedecer às regras impostas pelo crime organizado, em troca de proteção ou benefícios concedidos pelos grupos criminosos. Essa reciprocidade forçada cria um ambiente de vulnerabilidade e medo, onde os moradores se veem obrigados a se submeter ao domínio e às exigências das facções para garantir sua segurança e sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a territorialização do crime organizado envolveu a imposição de autoridade e controle por parte das organizações criminosas sobre as comunidades pertencentes aos residenciais Tiradentes e Magalhães. Essas entidades estabelecem regras de conduta e aplicam sanções informais, reivindicando domínio sobre o espaço físico e social. Os residenciais, nesses contextos, tornam-se espaços onde a influência das facções é palpável, marcada pelo uso da força, ameaças, limitação de liberdades, restrição de acesso e insegurança.

Logo, a dinâmica de poder e controle imposta pelo crime organizado utiliza, assim, da coerção e do medo para manter a ordem e gerar receitas, impactando significativamente as estruturas sociais e econômicas dessas comunidades. Os acordos tácitos, baseados em códigos de conduta implícitos, regulam as relações internas e a divisão de territórios, estabelecendo normas de comportamento e resoluções de conflitos.

As relações entre os indivíduos e o crime organizado desempenham um papel crucial na territorialização do tráfico de drogas, influenciando diretamente as dinâmicas sociais e espaciais das comunidades. Esses indivíduos assumem papéis interconectados, contribuindo para a manutenção e expansão das atividades ilícitas.

Dessa forma, alguns residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida podem servir de escopo para a territorialização de facções criminosas devido a uma combinação de fatores socioeconômicos e estruturais. A concentração de populações de baixa renda em áreas com infraestrutura inadequada e serviços públicos insuficientes pode criar um ambiente propício para a atuação de grupos criminosos.

A ausência de presença efetiva do Estado, tanto em termos de segurança quanto de serviços sociais, facilita o controle territorial por facções, que frequentemente oferecem uma forma de "governo paralelo", proporcionando segurança e assistência econômica em troca de lealdade e cooperação.

Além disso, a localização periférica de muitos desses residenciais, muitas vezes distantes dos centros urbanos e das principais oportunidades de emprego, contribui para o isolamento social e econômico dos moradores. Este isolamento pode ser explorado por facções criminosas, que se aproveitam da vulnerabilidade da população para recrutar novos membros e consolidar seu poder. A ausência de políticas públicas eficazes para integrar esses residenciais à malha urbana e promover o desenvolvimento social e econômico dos seus habitantes pode perpetuar um ciclo de pobreza e violência.

Assim, as comunidades sujeitas à atuação do crime organizado se relacionam com esses agentes hegemônicos através de uma combinação de controle e subjetividade. A "pacificação" promovida pelo crime organizado, ainda que paradoxal, busca estabelecer uma ordem disciplinadora e uma apropriação simbólica do território. Dessa forma, as organizações criminosas se apropriam de mecanismos pacificadores para manter sua hegemonia e controle sobre as populações periféricas, consolidando seu poder através de uma micropolítica dentro de territórios de coerção.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa integra um contexto mais amplo de investigação desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia. Nesse sentido, expressamos nosso reconhecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional (Sectet). Os recursos concedidos por meio de bolsas de estudo não apenas viabilizaram a cobertura de despesas essenciais, como alimentação e transporte, mas também permitiram a participação em eventos científicos, contribuindo significativamente para o avanço da pesquisa e a difusão do conhecimento acadêmico. Agradecemos, portanto, às referidas instituições pelo suporte concedido.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, C. A. C. **Violência e tráfico**: O indizível e o impronunciável. São Paulo, 2007. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMORE, C. S. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

BONDUKI, N. Urbanização do Brasil pós golpe de 64. **Communicare**: revista de pesquisa. São Paulo: Faculdade de Comunicação Cásper Líbero, v.4, n.2, p. 67-80, 2004.

_____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. Teoria e Debate**, n. 82, 2009. Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida. Acesso em: 17 Dez. 2023.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p.17-65.

CARVALHO, A. S. **Produção de moradias e de (in)justiças espaciais por incorporadoras imobiliárias em Castanhal-PA**. 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém. 2023.

COUTO, A. C. O. **Do poder das redes as redes do poder**: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na Metrópole de Belém-PA.. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

_____. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, N. 1, p. 365 – 388, dez. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/102677. Acesso em 23 jun. 2024.

_____. Precarização dos territórios urbanos e relações de poder na produção dos territórios do tráfico de drogas nas periferias de Belém. In: RIBEIRO, W. De O.; Couto, A. C. O; Castro, C. J. N. de.; CHAGAS, C. A. N. (org). **Produção de espaços precários na amazônia paraense: centralidade, violência e escola**. Belém: EDUEPA, 2023. p. 115-139.

_____. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. **Revista Geoamazônia**, Belém, v. 11, n. 22, p. 46-67, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/13828. Acesso em: 22 jan. 2024.

DOWDNEY, L. **Crianças no tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sete letras, 2003. 270 p.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DIAS, C. C. N. Dinâmica da violência e do crime na macrorregião norte do Brasil: o efeito das facções criminais. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região

norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 59-70, jan. 2024. ISSN 2237-6208. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13590. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERREIRA, I. F. C. B.; PENNA, N. A. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a Violência Urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. 155–168, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979. Acesso em: 04 jul. 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23ª. ed. São Paulo: Graal, 2004. 432 p.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987. 348 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

_____. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014. 320 p.

_____. **I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. 216 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades** [online]. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama. Acesso em: 02 jul. 2023.

MARTINS, J, S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. 144 p.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 10–29, 2017. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/854. Acesso em: 03 dez. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 270 p.

RAPOZO, P; SILVA, R. C; COUTINHO, T. C. Dinâmicas dos mercados ilegais, criminalidade e representações sobre a violência: a cartografia dos conflitos na faixa de fronteira Brasil, Colômbia e Peru no estado do Amazonas. **Boletim de Análise Político-Institucional:** dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 29-41, jan. 2024. ISSN 2237-6208. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13588?mode=full. Acesso em: 20 jun. 2024.

REDAÇÃO. **Residencial Magalhães:** Grupo ocupa casas nunca entregues. Correio de Carajás, 2019. Disponível em: https://correiodecarajas.com.br/residencial-magalhaes-grupo-ocupa-casas-nunca-entregues. Acesso em: 26 fev. 2024.

SOUZA M.V.M.; JÚNIOR D.B.F. A precarização do habitar e a financeirização do habitat: análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Marabá (PA), Confins [Internet], 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/34401 DOI: https://doi.org/10.4000/confins.34401. Acesso em: 17 Dez. 2023.

ULLMAN, E. L. **Geography as spatial interaction**. Seatle and London: University of Washington Press, 1980. 252 p.

SOBRE OS AUTORES

Lucas Araújo de Souza - É graduado do curso de Geografia licenciatura da Universidade do Estado do Pará (UEPA) integrado ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS). Atualmente, é mestrando do PPGG (Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPA). É membro do Grupo de Pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (TERRA). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre VIolência na Amazônia (NEPEVA). Tem interesse em temas de urbanização e metropolização, violência urbana, segregação socioespacial, práticas educacionais e movimentos de r-existências.

E-mail: lucasaraujo03112@gmail.com

Leonardo Pantoja Corrêa - Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade do Estado do Pará - PPGG/UEPA. Graduado em Geografia pela Universidade Do Estado do Pará - UEPA. Foi Professor e Diretor Geral do Projeto Cursinho Alternativo da UEPA. Foi bolsista do Programa de Monitoria pelo Departamento de Filosofia e Ciências Sociais - DFCS. Desde 2019 é membro do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano - GeoPurb. Atualmente é pesquisador do Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias - ONDi.

E-mail: leopantoja228@gmail.com

Roberta Carolina Maués do Nascimento - Doutoranda em Geografia pelo programa de pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre pelo programa de pós-graduação em Geografia (PPGG-UEPA) em 2024. Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2021). Atuou no Projeto Residência Pedagógica nos anos de 2018 a 2020 no Instituto Bom Pastor e no projeto de pesquisa intitulado "Território e Violência Urbana: Uma leitura geográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém", aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq/UEPA. Desenvolve pesquisas na área de Geografia Urbana, atuando principalmente na temática de Geografia da Violência e do Crime. Pesquisadora integrante do Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime - LabGEOVCRIM e do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano GeoPUrb . Premiada ao Mérito Científico Prof. Benedito Nunes, pela Universidade do Estado do Pará, no ano de 2018.

E-mail: rcarolinamaues@gmail.com

Data de submissão: 20 de fevereiro de 2025

Aceito para publicação: 01 de setembro de 2025

Data de publicação: 25 de setembro de 2025